

SUMÁRIO

Parte I NOÇÕES GERAIS

1. Noção de contrato	25
2. Origens e evolução histórica do direito dos contratos	31
2.1. Historicidade do contrato	32
2.2. O direito romano	33
2.3. O direito inglês medieval	34
3. O contrato nas codificações e na ciência jurídica do século XIX	37
3.1. O contrato no Código de Napoleão	37
3.2. O contrato no código civil alemão de 1896: a teoria do negócio jurídico e o dogma da vontade	40
4. A liberdade de contratar	43
4.1. Doutrina da autonomia da vontade: da liberdade à moralidade	43
4.2. A doutrina da autonomia da vontade e da igualdade dos contraentes ..	49
4.3. A liberdade de contratar no novo Código Civil	51
4.3.1. Autonomia privada e obrigatoriedade do contrato	53
4.3.2. Autonomia privada e o princípio da relatividade dos efeitos contratuais	53
4.3.3. A liberdade de forma	54
4.3.3.1. Forma solene	56
4.3.3.2. Formalismo de proteção	56
4.4. Limites à liberdade contratual: a função social do contrato	56
4.4.1. A função econômica do contrato	57
4.4.2. A função social do contrato	59
4.4.2.1. Função social do contrato e solidariedade social	65
4.5. Outros limites à liberdade de contratar: a ordem pública e os bons costumes	67
5. Força obrigatória do contrato	71
5.1. Noções	71
5.2. Superioridade da lei sobre o contrato	72
5.3. Limites à soberania da vontade	72
5.4. Limites impostos pelo caráter justo e social do contrato	73

6. A boa-fé contratual	75
6.1. Conceito de boa-fé	76
6.2. A função da boa-fé	82
6.3. A boa-fé nos contratos	84
6.3.1. A boa-fé na formação do contrato	85
6.3.2. A boa-fé na etapa de celebração do contrato	87
6.3.3. A boa-fé na fase de cumprimento do contrato	88
6.3.4. Deveres posteriores à extinção do contrato	90
6.4. Principais figuras relativas à boa-fé objetiva	91
7. Do abuso do direito	95
7.1. A questão terminológica	99
7.2. Evolução histórica do conceito	101
7.2.1. O abuso do direito em Roma	101
7.2.2. O direito da Idade Média	102
7.2.3. O abuso do direito na jurisprudência francesa	104
7.3. Pressupostos sociopolíticos	105
7.4. O abuso do direito no novo Código Civil	107
7.4.1. Critério subjetivo	107
7.4.2. Critério objetivo	108
7.4.3. Critério misto	110
7.5. Natureza do abuso do direito	110
7.6. Elementos do abuso do direito	112
7.7. O abuso do direito de contratar	116
7.7.1. Abuso na formação do contrato	116
7.7.2. Abuso na predisposição das cláusulas ou na redação do contrato ..	120
7.7.3. Abuso na execução do contrato	122
7.7.4. Abuso na extinção do contrato	124
7.8. Prova do abuso do direito	126
7.9. Efeitos e sanção do abuso do direito	126

Parte II

CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS

8. Classificação segundo as condições de formação do contrato: o contrato de adesão	131
8.1. Características do contrato de adesão	134
8.2. A interpretação do contrato de adesão	136
8.3. Cláusulas abusivas	137
9. Classificação segundo as condições de formação do contrato: outros tipos de contratos	141
9.1. Contratos consensuais, contratos solenes e contratos reais	141
9.1.1. Contrato consensual	141

9.1.2. Contrato solene	142
9.1.3. Contratos reais	144
10. Classificação dos contratos segundo o regime jurídico aplicável	147
10.1. Contratos nominados e contratos inominados	147
10.1.1. Contratos nominados ou especiais	147
10.1.2. Contratos inominados ou atípicos	148
10.2. Contratos de direito comum e contratos de consumo	150
10.2.1. Interesse da qualificação	151
10.3. Contratos de direito privado e contratos de direito público	153
11. Classificação segundo os efeitos do contrato	157
11.1. Contratos bilaterais e unilaterais	157
11.1.1. Da exceção de contrato não cumprido	159
11.1.2. Da cláusula resolutiva	160
11.1.3. Vícios redibitórios	160
11.1.4. Da evicção	163
11.2. Contratos a título oneroso e contratos a título gratuito	168
11.3. Contratos comutativos e contratos aleatórios	171
11.3.1. Contratos comutativos	171
11.3.2. Contratos aleatórios	171
11.4. Contratos de execução imediata e contratos de execução sucessiva	173

Parte III

CONCLUSÃO DOS CONTRATOS

12. Motivo do contrato	179
13. Oferta e aceitação	183
13.1. A oferta ou policação	183
13.1.1. O objeto da oferta	185
13.1.2. O autor e o destinatário da oferta	187
13.1.3. Proposta a pessoa presente e proposta a pessoa ausente	189
13.1.4. Características da oferta: oferta feita com prazo e oferta feita sem prazo	190
13.1.5. Cessão e transmissibilidade da oferta	192
13.2. Aceitação	193
13.2.1. Aceitação tardia	194
13.2.2. Condições de eficácia da aceitação	195
13.2.3. Forma da aceitação	197
13.2.4. Momento e lugar da formação do contrato	198
14. Efeitos dos contratos; da estipulação em favor de terceiro; da promessa de fato de terceiro e do contrato com pessoa a estipular	201
14.1. Princípios do contrato	201
14.2. Estipulação em favor de terceiro	205

14.2.1. Condições de validade	206
14.2.2. Aceitação da estipulação	207
14.2.3. Efeitos	208
14.3. Contrato com pessoa a declarar	209
14.4. Da promessa de fato de terceiro	210
14.4.1. Efeitos	211
15. Do contrato preliminar	213
15.1. Modalidades de contrato preliminar	217
15.2. Requisitos	217
15.3. Eficácia e execução	218
15.4. Extinção	219

Parte IV

A QUALIDADE DO CONSENTIMENTO

16. Vícios do consentimento	223
16.1. Erro	224
16.1.1. Erro substancial ou essencial	225
16.1.2. Erro escusável	226
16.1.3. Erro acidental	227
16.1.4. Erro de direito	227
16.1.5. Transmissão errônea da vontade	228
16.2. Dolo	229
16.2.1. Dolo principal ou essencial e dolo acidental	230
16.2.2. O silêncio como manifestação do dolo	230
16.2.3. Dolo do representante legal	230
16.3. Coação	231
16.4. Estado de perigo	233
16.5. Fraude contra credores	234
16.5.1. Ação pauliana ou revocatória	237
16.6. Simulação	239
17. Da lesão	243
17.1. Desenvolvimento histórico	244
17.2. O instituto da lesão no novo Código Civil	248
17.3. Elementos da lesão	249
17.4. Prova da lesão	252
17.5. Ações que nascem da lesão	253

Parte V

A CAPACIDADE, O OBJETO E A CAUSA

18. A capacidade	257
------------------------	-----

18.1. Incapacidade absoluta	258
18.2. Incapacidade relativa	259
18.3. Cessação da incapacidade	260
18.4. Contratos celebrados realizados sob representação	261
19. Da invalidade do contrato	265

Parte VI EXTINÇÃO DO CONTRATO

20. Da rescisão e do distrato	273
20.1. Revogação do contrato	275
21. Da resolução do contrato	277
21.1. Da exceção do contrato não cumprido	279
21.2. Direito de arrendimento	281
22. A resolução por onerosidade excessiva ou cláusula <i>rebus sic stantibus</i>	283
22.1. Pressupostos para a resolução por onerosidade excessiva	285
22.2. Institutos jurídicos similares	288
22.3. Onerosidade excessiva e contratos aleatórios	290
22.4. Como evitar a resolução do contrato por onerosidade excessiva	290
22.5. A onerosidade excessiva nos contratos de execução continuada ou diferida celebrados ainda na vigência do Código de 1916, cujas prestações tenham que ser cumpridas quando já em vigor o novo Código	291
23. O não cumprimento culposo do contrato	293
23.1. Da cláusula resolutiva	294
24. Interpretação dos contratos	301
24.1. Princípios gerais	302
24.1.1. A regra geral da prevalência da vontade das partes	304
24.1.2. Boa-fé e equidade	305
24.2. Métodos de interpretação	306
24.3. Interpretação contra o estipulante	309

Parte VII NOVAS FRONTEIRAS DO CONTRATO: O CONTRATO ELETRÔNICO

25. A fase pré-contratual	313
25.1. A oferta	314
25.2. Informações prévias necessárias	316
25.2.1. Informações sobre o vendedor	318
25.2.2. Informações sobre o produto ou o serviço	318
25.2.3. Informações sobre o preço	319
25.3. Formalismo e prova das informações prévias	320
25.3.1. Como fornecer as informações prévias	320

25.3.2. Quando fornecer as informações prévias	321
25.3.3. Prova do fornecimento das informações prévias	322
26. A conclusão do contrato pela internet	323
26.1. O consentimento ou aceitação	323
26.1.1. Obtenção de um consentimento completo e esclarecido	324
26.2. Etapas da conclusão do contrato	325
26.3. O idioma	325
26.4. O consentimento trocado entre agentes eletrônicos	327
26.5. Momento e efeitos da conclusão do contrato	328
26.5.1. Considerações gerais	328
26.5.2. Considerações específicas aos contratos de consumo	329
27. O pagamento pela internet (execução do contrato)	333
27.1. Utilização na internet de modos comuns de pagamento	333
27.1.1. Carta de crédito	333
27.1.2. Cheque eletrônico	334
27.1.3. Instrumentos de moeda eletrônica	334
28. Segurança técnica do pagamento	337
28.1. Segurança jurídica do pagamento	338
28.2. Recomendação da Comissão Européia de 30 de julho de 1997	340
29. Prova do contrato eletrônico	343
29.1. A troca de documentos desmaterializados e sua assinatura	345
29.2. Redefinição da noção de escrito	347
29.3. O princípio da não-discriminação das provas	349
29.4. O equivalente funcional	350
29.5. Identificação da pessoa autora do escrito	352
29.6. Garantia da integridade do escrito	353
30. Da assinatura eletrônica	359
30.1. Observações gerais sobre as assinaturas eletrônicas	360
30.1.1. A presunção de veracidade da assinatura eletrônica	364
30.1.2. A confiabilidade do processo de identificação e os serviços de certificação	365
30.2. Autoridades de certificação e de registro	368
30.3. Responsabilidade das autoridades de certificação	371

Parte VIII

DOS PRINCIPAIS CONTRATOS EM ESPÉCIE

31. Do contrato de compra e venda	375
31.1. Conceito	375
31.2. Elementos	376
31.2.1. Coisa	377
31.2.1.1. Venda de bens futuros	378

31.2.1.2. Venda de bens pertencentes a terceiros	379
31.2.2. Preço	380
31.2.2.1. Arbitramento do preço por terceiro	381
31.2.2.2. Fixação do preço à taxa de mercado ou de bolsa	382
31.2.2.3. Fixação do preço em função de índices e parâmetros	383
31.2.2.4. Venda sem fixação de preço	384
31.3. Capacidade	385
31.4. Forma do contrato de compra e venda de imóveis	386
31.5. Direitos e responsabilidade das partes	387
31.6. Diversas modalidades do contrato de compra e venda	389
31.6.1. Compra e venda à vista de amostras, protótipos ou modelos ..	389
31.6.2. Compra e venda condicional	390
31.6.3. Venda de ascendente a descendente	391
31.6.4. Venda <i>ad corpus</i> e <i>ad mensuram</i>	393
31.6.4.1. Direitos das partes na venda <i>ad mensuram</i>	394
31.6.4.2. Venda <i>ad corpus</i>	396
31.6.5. Venda por condôminos de coisa indivisível	397
31.6.5.1. O direito de preferência do condômino	398
31.6.5.2. O concurso de condôminos	399
31.6.6. Cláusulas especiais da compra e venda	401
31.6.6.1. Da retrovenda	401
31.6.6.2. Da venda a contento	403
31.6.6.3. Da preempção ou preferência	403
31.6.6.4. Compra e venda de imóveis com cláusula de reserva de domínio	406
31.6.7. Venda sobre documentos	409
32. Compromisso de compra e venda	411
32.1. Conceito	411
32.2. Natureza jurídica	412
32.3. Da promessa irrevogável de venda de imóvel	413
32.4. A promessa de venda de imóvel loteado	415
32.5. Inadimplemento do compromisso de compra e venda	418
33. Permuta	421
33.1. Conceito	421
33.2. Natureza jurídica e características	422
34. Contrato estimatório	425
34.1. Conceito	425
34.2. Natureza jurídica do contrato estimatório	426
34.3. Objeto	426
34.4. Obrigações das partes	427
35. Contrato de doação	429

35.1. Conceito	429
35.2. Natureza jurídica	431
35.3. Pressupostos e requisitos	432
35.3.1. Capacidade	432
35.3.2. Objeto	433
35.3.3. Forma do contrato de doação	434
35.4. Modalidades de doação	435
35.4.1. Doação pura	435
35.4.2. Doação condicional	435
35.4.3. Doação modal, com encargo ou onerosa	436
35.4.4. Doação com cláusula de reversão	439
35.4.5. Doação com cláusula de inalienabilidade	440
35.4.6. Doação remuneratória e doação meritória	442
35.4.7. Doação em forma de subvenção periódica	442
35.5. As partes no contrato de doação	443
35.5.1. Doação à pessoa incapaz	443
35.5.2. Doação a nascituro	445
35.5.3. Doação de ascendente a descendente	445
35.5.4. Doação em contemplação de casamento futuro	446
35.5.5. Doação à pessoa jurídica	447
35.5.6. Doação a várias pessoas	448
35.6. Nulidade e anulabilidade da doação	448
35.6.1. Doação de todos os bens ou doação universal	449
35.6.2. Doação que excede a legítima ou doação inoficiosa	450
35.6.3. Doação do cônjuge adúltero	452
35.7. Vício redibitório e evicção no contrato de doação	452
35.8. Revogação da doação	453
35.8.1. Revogação por ingratidão do donatário	453
35.8.2. Revogação por inexecução do encargo	454
35.9. Da promessa de doação	455
36. Contrato de seguro	459
36.1. Conceito	459
36.2. Forma do contrato de seguro	460
36.2.1. Cobertura provisória	461
36.2.2. A apólice de seguro	462
36.2.3. Bilhete de seguro	462
36.3. As partes no contrato de seguro	463
36.3.1. O segurador	463
36.3.1.1. As obrigações do segurador	463
36.3.2. O segurado	464
36.3.2.1. Obrigações do segurado	464
36.4. Do risco	465
36.5. Do prêmio	466

36.5.1. Prêmio e agravamento do risco	467
36.6. Da indenização	467
36.7. Extinção do contrato	469
36.8. O princípio da boa-fé no contrato de seguro	470
36.9. Espécies de seguro	474
36.10. Seguro e contrato de adesão	476
36.11. Interpretação do contrato de seguro	479
37. Do mandato	483
37.1. Introdução	483
37.2. Definição	483
37.2.1. Mandato e procuração	484
37.2.2. Mandatário profissional	485
37.3. Natureza jurídica	485
37.4. Forma	487
37.5. Requisitos do mandato	488
37.6. Objeto do mandato: o negócio e o encargo	490
37.7. O substabelecimento dos poderes	491
37.7.1. A exteriorização dos poderes	492
37.8. Obrigações do mandante	493
37.9. Obrigações do mandatário	493
37.10. Extinção do mandato	496
37.11. Mandato aparente	500
37.12. Mandato com cláusula em causa própria	500
38. Contrato de comodato	503
38.1. Conceito	503
38.2. O contrato de comodato	503
38.3. Parte legítima	504
38.4. Obrigações do comodatário	505
38.5. Solidariedade entre comodatários	506
38.6. Extinção do comodato	507
39. Contrato de mútuo	509
39.1. Conceito	509
39.2. Natureza jurídica	509
39.3. Objeto	510
39.4. Mútuo feito a menor	510
39.5. Conteúdo do contrato	511
39.6. A taxa de juros	511
39.7. A capitalização	513
39.8. Correção monetária e uso da taxa referencial	513
39.9. Prazo do contrato de mútuo	514
40. Contrato de depósito	515
40.1. Conceito	515

40.2. Espécies e natureza jurídica do depósito	516
40.3. Obrigações do depositário	516
40.4. Obrigação do depositante	517
40.5. Depósito necessário	517
40.6. Depositário infiel	518
40.7. Extinção do depósito	518
40.8. Da ação de depósito	519
40.9. Do contrato de depósito <i>escrow</i>	519
41. Agência e distribuição	523
41.1. Conceito	523
41.2. Características	525
41.3. Direitos e obrigações das partes	527
41.4. Contrato de duração e execução continuada	527
42. Contrato de corretagem	531
42.1. Conceito	531
42.2. Contrato aleatório	532
42.3. Objeto do contrato	533
43. Contrato de comissão e cláusula “del credere”	535
43.1. Conceito	535
43.2. Objeto da comissão	536
43.3. Cláusula “del credere”	537
43.4. Deveres e direitos do comissário	538
44. Locação	541
44.1. Conceito	541
44.2. Elementos essenciais	542
44.2.1. Consenso	542
44.2.2. Coisa	543
44.2.3. Retribuição	544
44.3. Obrigações do locador	544
44.4. Obrigações do locatário	545
44.5. Extinção do contrato	547
45. Contrato de empreitada	551
45.1. Conceito e espécies	551
45.2. Características	552
45.3. Deveres do empreiteiro	553
45.4. Obrigações do dono da obra	554
45.5. Responsabilidade do empreiteiro	555
45.6. Suspensão da obra	558
45.7. Extinção	558
46. Prestação de serviços	561
46.1. Conceito	561
46.2. Características	563
46.3. Obrigações das partes	564
46.4. Extinção do contrato	566

47. Contrato de fiança	569
47.1. Conceito e objeto	569
47.2. Características	570
47.3. Requisitos	571
47.4. Efeitos da fiança	573
47.5. Extinção	574
48. Contrato de transporte	577
48.1. Conceito e disposições gerais	577
48.1.1. Efeitos, elementos e características do contrato de transporte ...	578
48.2. Transporte cumulativo e transporte multimodal	581
48.2.1. Transporte multimodal de mercadorias	583
48.3. Transporte de pessoas	586
48.3.1. Responsabilidade do transportador	587
48.3.1.1. Cláusula de não indenizar e cláusula limitativa de respon-	
sabilidade	590
48.3.2. Obrigações e direitos do transportador	592
48.3.3. Obrigações e direitos do passageiro	594
48.4. Transporte de coisas	595
48.4.1. Obrigações e direitos do transportador	597
48.4.2. Responsabilidade do transportador de mercadoria	599
48.4.3. Obrigações e direitos do remetente e do destinatário	601
BIBLIOGRAFIA	603